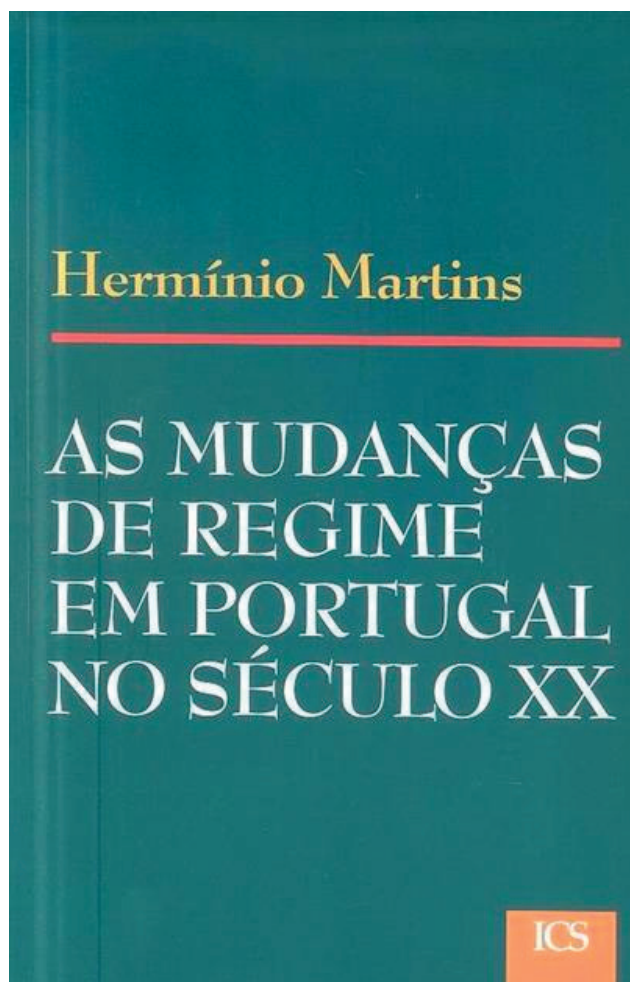


Martins, Hermínio (2018). *Reflexões sobre as mudanças de regime em Portugal no século XX: Um estudo transcronológico e transnacional*. (Ed. e trad. de Rui Graça Feijó). ICS. Lisboa. 421 pp.

CARLOS LEONE¹



Este livro póstumo de Hermínio Martins (1934-2015) ocupa um lugar singular na obra do seu autor e por isso cumpre situar o lugar que lhe cabe nesse conjunto mais amplo. Natural de Moçambique e com carreira de sociólogo vocacionado para a ciência e a técnica, quase inteiramente desenvolvida em Inglaterra, Hermínio Martins conheceu pessoalmente a experiência do exílio e da perseguição política, primeiro durante o Estado Novo e depois pelo poder da Frelimo (embora isso não se reflita abertamente no seu trabalho). Manteve assim uma atividade bifronte, entre os seus interesses eminentemente teóricos (patentes em *Hegel, Texas*, de 1996, e *Experimentum Humanum*, de 2011) e a reflexão sobre assuntos portugueses (e sul-americanos) que a universidade anglófona tantas vezes lhe requeria (origem de *Classe, status e poder*, 1998) e que originaram encontros regulares em Oxford com estudantes de doutoramento, tendo le-

¹ Centro de Estudos Globais, Universidade Aberta, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8580-8441>.

vado à sua organização neste livro, ainda incompleto quando o autor faleceu. A apresentação do volume por R. Graça Feijó detalha tudo isto (pp. 22-23), tratando-se de um relato valioso da transição da oralidade para escrita e desta para a edição em forma de livro, com tradução e anotação de permeio.

Não se deve depreender de tudo isto que a reflexão política foi um aspeto lateral do seu pensamento. Como o conjunto de ensaios de 1998 atesta, a relevância e a originalidade do seu trabalho sobre pensamento político e sobre Portugal não podem ser relativizadas e estas *Reflexões*, surgidas em 2018, comprovam-no, apesar da sua origem acidentada. Como nota Feijó, além de exprimir marcas pessoais sobre temas políticos (a qualificação da ditadura portuguesa como fascista ou não), *Reflexões* espelha a influência de Max Weber na análise de regimes políticos, dando origem a um estudo de caso teoricamente denso e dissonante da maioria da Ciência Política e das Relações Internacionais sobre Portugal (nomeadamente sobre o carácter precursor ou atrasado da democratização portuguesa). De Weber e de outros autores com estatuto clássico na tradição sociológica, Martins acolhe e explora um conceito amplo de regime político, diverso do entendimento estritamente institucional que costuma ter em politologia. Logicamente, também a noção de mudança se alarga, pois os aspetos formais que sem dúvida comporta somam-se a outros mais vastos e complexos – a mudança de regime político

é, assim, pensada como um fenómeno social total e não apenas como uma questão técnica de uma ciência social específica. Por isso, sendo obviamente comprováveis casos específicos de mudanças cirúrgicas, de momentos críticos, de eventos delimitados no tempo e nos atores, nenhum desses aspetos impede que mudanças de regimes políticos sejam, usualmente, processos longos e turbulentos.

Este cotejo entre o curto prazo e o longo prazo é de particular interesse quer para compreender este livro quer para o integrar na obra de Martins. Sendo um trabalho metodológico, o crivo entre o privilégio atribuído a fatores de longo ou de curto prazo remete para o trabalho teórico do autor, aquele que mais lhe é associado. Ora, o texto introdutório de Martins a estas *Reflexões* é dessa ordem (ele próprio o qualificou assim) e encontra-se não neste livro, mas no volume de homenagem a David Goldey surgido em 2009: «Tempo e explicação», em *Portugal: Uma democracia em construção. Ensaios de homenagem a David B. Goldey*, tendo como organizadores Manuel Villaverde Cabral, Marina Costa Lobo e Rui Graça Feijó (Lisboa: ICS, pp. 55-120). Talvez por ambos serem publicados na Imprensa de Ciências Sociais, e por «Tempo e explicação» ser um ensaio longo, não foi incluído neste volume de 2018. Mas deve ser lembrado o seu valor propedêutico à leitura de *Reflexões*, pois enquadra minuciosamente a análise do caso português aqui desenvolvida e orienta metodologicamente comparações internacionais a seu respeito.

De modo similar, a reflexão sobre ciência e técnica desenvolvida por Hermínio Martins, sempre atenta a fenómenos de mercantili-zação do conhecimento, ecoa nestas páginas (como bem nota Feijó, cf. p. 34, *in fine*), quando o mesmo cuidado é posto em destrinçar política de economia – evitando a subsunção do conceito de democracia ao de economia de mercado. Neste caso, é mesmo mais do que uma destrinça: compreender o conceito de democracia implica compreender a sua mudança ao longo do século xx (e não só, aliás, cf. p. 123), passo em que estas *Reflexões* excedem o caso português e adquirem a sua feição transnacional. Tal como o conhecimento não se reduz à sua comercialização, também a vida social democrática (ou republicana, política em geral) não se confunde com qualquer modelo económico predominante num dado momento. Este ponto metodológico vale para o caso português e para qualquer outro e regula, portanto, comparações de relações internacionais.

Além de transnacional, a análise é transcronológica, o que significa que a compreensão do período histórico a que se dedica não a dispensa, pelo contrário, *requer* interpretar esse período à luz do seu próprio enquadramento: no caso, a interpretação das mudanças de regime no Portugal do século xx, enquadradas por uma reflexão sobre a História do liberalismo português (e temas conexos, como o federalismo, ao qual Hermínio Martins dedicou textos aqui não incluídos).

Assim, a tese central sobre o carácter amplo do conceito de mudança de regime político decorre de um modelo de análise também amplo: temporalmente, pois enquadra o período que analisa no devir histórico que o gerou; espacialmente, uma vez que concebe a vida política de modo não paroquial, articulando as transições documentadas numa sociedade com fenómenos coetâneos noutras. A valorização da questão cultural no impacto da 1.^a República na História de Portugal é talvez o caso mais nítido desta reflexão, articulando esse processo português não apenas na História que o precedeu, mas na que lhe sucedeu (Estado Novo e pós-25 de Abril) e, ainda, cotejando-o com processos similares noutros países.

Em rigor, o regime atual exemplifica isto mesmo de modo nítido, ao constituir um retorno à tradição da 1.^a República em alguns pontos, mas não noutros (colonialismo, que os republicanos tinham em comum com Salazar e Caetano), e, adicionalmente, articulando-se com movimentos internacionais de descolonização (um dos «3D's» da Revolução). Esta complexidade interna (face ao passado) e externa (face à política da Guerra Fria) marca a democracia saída de 1974 como dual desde o seu início, tendo esta sido fruto de um equilíbrio em mudança frequente (permanente?), não apenas institucional, mas social, também. Por um lado, visa a continuidade com uma História de europeização do país que o pós-1945 tinha comprometido, por outro, essa europeização era em 1974 marcada pela pressão esquerdizante (ter-

ceiro-mundista) influente à época. Neste particular, Hermínio Martins valorizava, por isso, mais (cf. p. 259) – e acompanhamo-lo nisso – o processo desde 1974 a 1982 do que a eleição presidencial de 1986 mencionada por Feijó (p. 46) como o momento crítico do atual regime.

Ora, esta valorização de processos longos e complexos, bem como dos seus aspetos materiais e não apenas formais, torna ainda mais estranha a ausência de recurso, nestas *Reflexões*, a autores e obras (e são numerosos) que corroboram de diversos modos as teses de Martins. Nada sugere que se deva à edição do volume, que escurpulosamente refere a bibliografia e, mesmo, notas dos manuscritos que foi impossível incluir. Quem ler estes textos não encontra desde logo referência ao próprio *Classe, status e poder* de Hermínio Martins; de igual modo, não encontra mencionado Adérito Sedas Nunes (cuja visão sobre a dualidade social portuguesa se presta a associação à de Martins); e todo um longo cortejo de autores e obras que Hermínio Martins conhecia, desde Magalhães Godinho a Sotomayor Cardia, de Casais Monteiro a Eduardo Lourenço, de Mário Mesquita a Jaime Nogueira Pinto, não surge aqui sequer referenciado, apesar de em pontos muito variados poder apoiar (ou ao menos relacionar-se com) múltiplas teses defendidas nestas *Reflexões*. O resultado é uma obra que argumenta (weberianamente) em favor de uma visão ampla do conceito de mudança de regime político, mas que recorre a poucas – mesmo muito poucas – das fontes que melhor poderiam ilustrar o seu ponto. Que essas obras

não estejam, na sua maioria, no *mainstream* da ciência social dificilmente explica isto, pois esse género de considerações não perturbava Hermínio Martins. Nem sequer o carácter inacabado da obra, na altura da sua morte, permite entender este facto por completo.

Estruturalmente, o livro foi dividido em duas partes: a primeira, composta de três capítulos, sobre «Mudanças de regime»; a segunda, agrupando os dois últimos capítulos, genericamente intitulada «Republicanismo e regimes políticos». A primeira parte constitui a porção mais densa, desenvolvida e original do conjunto, sendo a segunda mais breve, marcada por menor desenvolvimento e mais limitada tematicamente. Mas a própria divisão é apenas indicativa: os textos de natureza mais teórica estão marcados por numerosos casos concretos, e os temáticos comportam densa argumentação metodológica – como era norma nos ensaios de Martins. Também os três regimes do século XX português são perspetivados pelo autor de modo original, sem concessões a lugares-comuns de ordem ideológica: além da valorização da dimensão cultural da 1.^a República (mantida muito para lá da sua extinção), ou do carácter dual da transição de 1974, também a caracterização do Estado Novo como ditadura pós-clássica (não comissarial, nem soberana, assim se distanciando de Carl Schmit, cf. pp. 132-133), é disso exemplo claro e com méritos para frutificar na análise de regimes e mudanças de regime noutros contextos.

A questão é se há disponibilidade para isso. Não apenas a extensão ou a escrita exigente (embora sempre viva) de Martins, mas também a sua originalidade, constituem um entrave à sua leitura. Ao escapar voluntariamente à divisão disciplinar das matérias e às concepções estreitas de conceitos como o de regime (ou mudança), Hermínio Martins diferencia-se, embora simultaneamente diminua a receção da sua obra (o mesmo vale para os seus ensaios sobre outras temáticas). Não por acaso, nos últimos anos de vida, por mais de uma vez afirmou em textos e entrevistas sentir uma crescente limitação de interesses (sobretudo teóricos) entre investigadores, que condenaria, a prazo, a investigação a uma rotina, interessante industrialmente (de novo, o perigo de um peso excessivo da lógica de mercado em carreiras científicas), mas não intelectualmente. Sem surpresa, também estas *Reflexões* ficaram votadas a uma receção tímida, para sermos lisonjeiros. (Neste ponto, uma declaração de interesses: tendo conhecido Hermínio Martins, primeiro como crítico jornalístico da sua obra de 1996 e, depois disso, mantido com ele contacto regular, profissional e pessoal, durante anos, não me posso excluir da receção tardia deste livro). Uma manifestação crítica daquilo que o próprio Hermínio Martins menciona (pp. 277-278) como «*inactividade institucional*».

Para lá de qualquer deficiente receção, Hermínio Martins escreve reflexões precursoras, não só do seu tempo (falamos de escritos já com dez anos ou mais de idade), mas do nosso. Assim sucede com a própria concepção de mu-

dança («transitologia»), que antevia cada vez menos focada em regimes políticos e mais em políticas compatíveis com a sustentabilidade da biosfera (cf. p. 59, uma das claras articulações destes textos com o seu ensaísmo sobre tecnologia) ou a discussão do estatuto de Portugal, como caso precursor ou retardatário da viragem democrática ocidental no final do século xx (pp. 147-153) – de qualquer forma, um caso desviante (*sic*, p. 149). E muitas das vias abertas aqui ainda estão por explorar (veja-se a reflexão sobre os *mass media* em 1974, p. 290), como nota na «Apresentação» Rui Graça Feijó.

De modo similar, também considerações já presentes anteriormente (sobretudo em *Classe, status e poder*) se encontram aqui retomadas de modo autónomo e original – como é o caso da noção de carisma (Weber, de novo) e a sua aplicação ao caso de Sidónio Pais (pp. 170 e ss.). E, igualmente, numerosas observações pessoais, de experiência académica direta de Martins, encontram aqui discussão mais do que anedótica (mas tantas vezes humorada), sobretudo no que respeita às doutrinas dominantes na Política Internacional Comparada sobre Portugal no século xx (cf. por exemplo, p. 208, sobre a «categoria ibero-latina», ou a referência à «lusitanologia», p. 230).

Como deve ser evidente – e nem outra coisa seria de esperar tendo em conta o autor –, um livro que constitui uma referência, para o caso português, e em igual medida para a análise conceptual de comparativismo, de transitologia e de regimes políticos – isto é, sociais.